



Conflitos pela água em 2021: aumentam casos nas regiões Norte e Nordeste do país

Em 2021 foram registrados 304 conflitos pela água no Brasil envolvendo 56.135 famílias, de acordo com dados do Cedoc da CPT. Houve uma leve queda no número de casos e de famílias envolvidas em relação ao ano anterior. Em 2020 foram 350 conflitos com 56.292 famílias.

Contudo, chama a atenção o aumento dos casos nas regiões Norte e Nordeste, como podemos ver na tabela abaixo:

CONFLITOS PELA ÁGUA 2021									
REGIÃO NORTE					REGIÃO NORDESTE				
ESTADOS	2020		2021		ESTADOS	2020		2021	
	casos	famílias	casos	famílias		casos	famílias	casos	famílias
Acre					Alagoas			5	300
Amazonas	21	3.253	7	663	Bahia	26	9.965	80	6.568
Amapá	6	810	7	1.023	Ceará	1	500	1	6
Pará	31	7.871	47	16.122	Maranhão	3	873	28	1.380
Rondônia	7	6.985	9	2.530	Paraíba	6	899		
Roraima			6	8.155	Pernambuco	28	5.718	5	821
Tocantins	1	97	2	730	Piauí			7	434
					Rio Grande do Norte				
					Sergipe	27	740	2	200
TOTAL	66	19.016	78	29.223	TOTAL	91	18.695	128	9.709

A região Norte teve um aumento de 18% nos conflitos pela água e de 54% no número de famílias envolvidas nesses conflitos. Já a região Nordeste teve um aumento de 41% nos casos, mas houve uma redução quase pela metade no número de famílias envolvidas.

Importante destacar que: o estado da Bahia apresentou um aumento de 208% nos casos, sendo o estado com o maior número no ano, mas teve uma redução no número de famílias envolvidas. Já o estado do Pará teve um aumento de 52% nos casos, sendo o segundo estado com o maior número, com um aumento de 105% nas famílias envolvidas. O estado do Maranhão teve o maior aumento no ano de 2021, de 830% no número de casos e de 58% no número de famílias envolvidas. Cabe destacar, ainda, o estado de Roraima, onde em 2020 não houve registro de conflitos pela água e em 2021 passou a ter 6 casos envolvendo 8.155 famílias. Esse salto se deve ao registro dos conflitos de garimpo no território Yanomami.

A Bahia teve o maior número de conflitos por água relacionados à mineração – 43 (39 deles na Bacia do Rio São Francisco). A empresa que mais gerou conflitos desse tipo no estado foi a BAMIN – Bahia Mineração, com o Projeto Pedra de Ferro, nos municípios de Caetité e Pindaí. Já no estado do Pará, os conflitos referentes à mineração envolveram 12.071 famílias e as principais causadoras foram mineradoras internacionais – 10 casos; seguidas pelo garimpo – 6. As categorias de sujeitos do campo mais vitimadas no estado paraense foram: Ribeirinhos – 6; Indígenas e Quilombolas – 4 cada qual. Nos municípios mais conflituosos nesse estado destacam-se Jacareacanga: garimpeiros x Povo Indígena Munduruku, e Barcarena, com o “caso Hydro”. No caso de Barcarena, continuam os conflitos decorrentes do transbordamento e vazamento de resíduos não tratados na mineração de bauxita, causado pela mineradora holandesa Norsk Hydro/Alunorte em 2018, atingindo mais de 120 mil pessoas de 112 comunidades ribeirinhas, tanto no

município quanto em Abaetetuba. Em 2021, foram registrados 9 conflitos por água em Barcarena, com 1.752 famílias atingidas.



Mesmo quando analisamos os dados do Brasil, percebemos que a tendência segue e 30% dos conflitos pela água foram provocados por mineradoras internacionais, 19% por setores empresariais, 14% por fazendeiros, 10% pela instalação de hidrelétricas, 9% pelos entes governamentais (federal, estadual e municipal) e 8% pela atuação de garimpeiros. De acordo com texto analítico de Maiana Teixeira e Talita Montezuma na publicação, “chama a atenção o protagonismo persistente ano a ano das mineradoras como principal ator dos conflitos por água, respondendo neste ano por 40% entre mineradoras, mineradoras internacionais e garimpeiros. Em relação ao perfil do conflito, 135 dos registros envolviam disputas por uso e preservação das águas, 127 se relacionavam à construção de obras como açudes e barragens e 40 deles giravam em torno da apropriação privada direta das águas, o cercamento das águas aliado à expropriação do território. Importante registrar ainda que, ao passo em que aqueles setores empresariais somados concorrem na responsabilidade direta de mais de 80% dos casos envolvendo conflitos por água, não é desprezível a participação direta ou indireta do Estado, o qual deveria garantir que a água fosse respeitada em seu imperativo legal de bem público e direito humano”.

Em relação aos principais afetados nos conflitos por água, destaca-se a predominância de comunidades tradicionais no centro dos atingidos por tais conflitos, constituindo os sujeitos mais afetados: 19% de ribeirinhos, 14% de quilombolas e 17% de povos indígenas. Segundo a análise das autoras “ao promovermos uma interface analítica entre os dados do mapeamento de conflitos por água e de conflitos por terra, registramos uma informação importante: são os povos indígenas os que mais sofrem com conflitos por terra e o segundo grupo mais afetado por conflitos por água, um indicativo da correspondência de padrões entre as expressões do modelo de desenvolvimento exploratório e, ainda, uma manifestação explícita da dimensão hidrossocial dos territórios”.

Alexandre Gonçalves e Ruben Siqueira, ambos agentes da CPT, reforçam, em texto analítico, que mesmo diante das investidas dos projetos de mineração, os povos e comunidades têm resistido. “Denúncias e reivindicações relativas a mineradoras, em 2021, estiveram explicitamente presentes em 53 manifestações públicas populares de luta, com 3.535 participantes, em vários estados. Destaque para Minas Gerais com 24 manifestações, a metade do total, com 2.610 participantes. As reações ao modelo minerário no Brasil ocorreram em diferentes escalas, desde as denúncias e mobilizações nas comunidades atingidas até movimentações mais amplas, envolvendo diferentes e maiores grupos”.

Mais Informações:

Cristiane Passos – (62) 99307-4305

Mário Manzi – (62) 99252-7437

Amanda Costa – (62) 99309-6781

Andressa Zumpato – (62) 99453-9629